Projeto de Lei n°6/96 de 2002. Do Sr. Deputado **José Carlos Coutinho**

"Dispõe sobre a isenção do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, nas aquisições de máquinas, ambulâncias e equipamentos rodoviários pelos Municípios, Estados e Distrito Federal."

O *CONGRESSO NACIONAL* Decreta:

Art.1º Ficam isentos do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, as máquinas, ambulâncias e equipamentos rodoviários adquiridos pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.

Art.2º Fica assegurada a manutenção do crédito do IPI relativo às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem efetivamente utilizados na industrialização dos produtos referidos nesta lei.

Art.3º A alienação dos veículos, adquiridos nos termos desta lei, antes de 3(três) anos contados da data de sua





CÂMARA DOS DEPUTADOS

aquisição, as pessoas que não satisfaçam as condições estabelecidas, acarretará o pagamento pelo alienante do tributo dispensado e dos acréscimos legais e penalidade previstas na legislação tributária.

Art.4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º Revogam-se todas as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Os governos municipais, estaduais e distrital enfrentam grandes dificuldades na tarefa de prestar assistência médica às populações carentes, em decorrência de falta de recursos.

As máquinas e equipamentos rodoviários, utilizados pelas prefeituras municipais e os governos estaduais e distrital, são produtos caros e sofisticados.

A incidência do IPI, sobre a produção e comercialização dos referidos bens onera ainda mais os preços finais.

Diante disso, incitaremos a presente proposição que concede isenção do imposto nas aquisições daqueles veículos, máquinas e equipamentos, quando feitas pelas prefeituras e





governos, de forma a torná-los mais acessíveis aos municípios e estados brasileiros.

Por se tratar de proposta de interesse público, espero contar com o apoio dos Ilustres Colegas para a aprovação desta proposição.

Sala da Sessões em, 05 de março de 2002.

Deputado JOSÉ CARLOS COUTINHO.
PFL-RJ

3DEAE21D59



PL 6196/02

Apense-se ao PL 2604/96. (Art. 24, II, RICD) (Ordinária - Art. 151, III, RICD)

Em 01 / 04 / 02

AÉCIO NEVES Presidente